EDUCAÇÃO INTEGRAL BRASILEIRA: PERCURSOS E CONCEPÇÕES

ANA PAULA DA SILVA

RESUMO

O presente trabalho visa refletir e compreender a concepção de Educação Integral. Para realizarmos um estudo do contexto histórico da Educação Integral na Educação Brasileira, realizaremos uma pesquisa de revisão bibliográfica a fim de obter um embasamento teórico; buscar o que a literatura diz a respeito da elaboração, implementação e concepção da Educação Integral no Brasil. Ao considerarmos a importância da criação e da implementação de educação integral na história da educação brasileira, torna-se essencial entendê-la em sua totalidade. Diante disso, surgem algumas questões: quais as propostas da Educação Integral? De que maneira elas contribuem para a formação dos estudantes? O presente trabalho visa refletir e compreender a concepção e os percursos que culminaram na proposta atual de Educação Integral. Os objetivos específicos procuraram pesquisar o surgimento da educação Integral no Brasil, a legislação e sua implementação; analisar a interface da educação Integral com o currículo escolar; investigar as estratégias utilizadas nas atividades ministradas no contraturno; delinear/apresentar o programa Mais Educação. A educação e as discussões que a permeiam nos fazem refletir sobre o novo modelo de educação que vem tomando forma nos últimos tempos, a Educação de Tempo Integral. As políticas públicas têm voltado o olhar para essa modalidade educativa e a implantação de escolas com esse perfil tem sido cada vez mais frequente. Para a apresentação das concepções, implementação e abordagens da Educação Integral serão utilizados autores que abordam a temática de maneira concisa e atual e que podem contribuir para a melhor aplicação desse projeto.

Palavras-chave: Educação integral; Perspectivas; Concepções.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa refletir e compreender a concepção e os percursos que culminaram na proposta atual de Educação Integral, cujos objetivos específicossão: pesquisar o surgimento da Educação Integral no Brasil, a legislação e suaimplementação; analisar a interface da educação Integral com o currículo escolar; investigar as estratégias utilizadas nas atividades ministradas no contraturno.

Ao considerarmos a importância da criação e da implementação de Educação Integral na história da educação brasileira, torna-se essencial entendê-la em sua totalidade. Diante disso, surgem algumas questões: quais as propostas da Educação Integral? De que maneira elas contribuem para a formação dos estudantes?

Neste trabalho, a Educação Integral será discutida sob a perspectiva de que o aluno deve adquirir o hábito de estudar, analisar, raciocinar e abstrair; e não agir de forma imediatista e padronizada, como num sistema tradicional de ensino.

A Educação Integral não pode ser entendida somente como uma proposta de “acolhida” social, um benefício assistencialista ao educando, mas como uma proposta que representa a opção por um projeto educativo integrado com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. Não um projeto segregador e excludente, mas participante, agregador e justo.

Sendo assim, para respondermos às questões suscitadas neste trabalho, serão levantados alguns pontos relevantes sobre o tema: o que é e como surgiu a Educação Integral; a interface da Educação Integral e o currículo escolar; as concepções e o contexto histórico da Educação Integral no Brasil; e a definição e estrutura do programa Mais Educação.

Para analisar a concepção e os percursos que culminaram na proposta atual de Educação Integral, foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica a fim de obter um embasamento teórico; buscar o que a literatura diz a respeito da temática proposta neste trabalho.

A revisão bibliográfica é indispensável para

a delimitação do problema em um projeto de pesquisa e para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um tema, sobre suas lacunas e sobre a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento (LAKATOS e MARCONI, 2010).

A revisão bibliográfica se justifica por ser uma linha de raciocínio que será proposta no trabalho, que conduzirá a leitura do texto / o estudo deste trabalho, levando o leitor às conclusões. Além disso, através da bibliografia, é possível ter conhecimento prévio das teorias e obras já publicadas disponíveis sobre o tema, os pontos principais com os itens e subitens.

Segundo Alves-Mazzotti (2002), a revisão de literatura ou revisão bibliográfica tem dois propósitos: a construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico da pesquisa.

Nessa visão, procura-se explicar a motivação dos fatos e explorar o que necessita ser feito para minimizar as dificuldades.

Enfim, o tema proposto foi escolhido mediante a grande importância de estudar a educação, principalmente, quando pensamos em um novo modelo de educação. Investigar essa temática é necessário para a identificação e compreensão dos métodos utilizados que estão diretamente ligados ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem do estudante.

As escolas de tempo integral têm um perfil próprio de funcionamento, com características peculiares de trabalho pedagógico. Pensando nisso, é importante compreender como acontece a organização dos espaços, quais atividades são trabalhadas, quais os benefícios oferecidos a fim de obtermos uma educação que agrega o indivíduo não só socialmente, mas efetivamente no processo de aprendizagem.

PERSPECTIVAS E CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

A educação e as discussões que a permeiam nos fazem refletir sobre o novo modelo de educação que vem tomando forma nos últimos tempos, a Educação de Tempo Integral. As políticas públicas têm voltado o olhar para essa modalidade educativa e a implantação de escolas com esse perfil tem sido cada vez mais frequente. Para a apresentação das concepções, implementação e abordagens da Educação Integral serão utilizados autores que abordam a temática de maneira concisa e atual e que podem contribuir para a melhor aplicação desse projeto. Dessa forma, este trabalho fará uma revisão bibliográfica que abordará os seguintes tópicos: a Educação Integral; a interface da Educação Integral e o currículo escolar; as concepções e o contexto histórico da Educação Integral no Brasil; e o programa Mais Educação.

O conceito de "Educação Integral" parte da ideia de uma formação completa do homem, isto é, em todas as suas dimensões.

De acordo com Coelho (2009) (apud SCHELLIN, 2015, p.20), as reflexões sobre uma formação humana mais completa remontam do início da civilização, na antiguidade a "[...] Paideia grega que, consubstanciando aquela formação humana mais completa, já continha o germe do que mais tarde se denominou Educação Integral – formação do corpo e do espírito".

Segundo Guará (2009, p.66),

> o conceito de Educação Integral encontra amparo jurídico significativo na legislação Brasileira: Recorrendo-se à Constituição Brasileira, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), podemos constatar nesses marcos legais as bases para a educação integral na perspectiva que queremos adotar aqui. Não se pode negar que o Brasil tem avançado muito em termos normativos, embora também exista uma reconhecida distância entre a lei e o ritmo das mudanças por ela sugeridas. Esse descaso no cumprimento das responsabilidades legais não diminui a exigibilidade do direito e o fato de que a população infanto-juvenil goze, hoje, de uma proteção legal expressiva, alinhada às indicações da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança.

Percebemos com essas citações que há um amparo legal sobre a qual a proposta de

Educação Integral se respaldou. Além do aspecto legal, há fundamentações político-pedagógicos que sustentam a linha de atuação deste tipo de Educação.

Segundo Zebini (2014), o que se pretende com a educação integral é desenvolver os alunos de forma completa, em sua totalidade. A escola precisa atender o aluno de forma a garantir seu desenvolvimento ao longo da trajetória escolar. Esse atendimento deve ser realizado em um espaço favorável, onde o aluno é o foco.

Para pensarmos em Educação Integral para os dias atuais, precisamos conhecer um pouco sobre a origem e todo seu contexto. Eles surgiram no século XIX e a sua concepção chegou com os imigrantes europeus no final do século XIX.

Os imigrantes vieram incentivados pelo governo brasileiro e pelos senhores do café, com o objetivo de trabalharem na cafeicultura e trouxeram ideias da Pedagogia Libertária.

A educação passou a ter uma grande importância nas mudanças que ocorriam no país, sejam de ordem econômica e política, tornando-se alvo de disputas entre diferentes concepções pedagógicas e políticas (GHIRALDLLI JR, 1990). Segundo o mesmo autor, durante o período da 1ª República (1889-1930) surgiram duas concepções da Pedagogia Libertária: a Educação Integral ligada à concepção anarquista de Paul Robin (1837-1912) e a Educação Racionalista, ligada às ideias de Ferrer y Guardiá (1859-1909) na sua experiência com a Escola Moderna de Barcelona.

A Educação Integral, no entanto, não chegou a se efetivar em experiências concretas, ao contrário da Educação Racionalista, que deu origem às escolas modernas desenvolvidas em várias capitais brasileiras.

No século XX muitas experiências educacionais ocorreram em várias partes do mundo com a concepção de escola de educação integral e apresentavam em comum a formação integral da criança. No Brasil, a compreensão pela qual a concepção de educação integral se desenvolveu passa, necessariamente, pela história do pensamento e das práticas educacionais reformadoras, reunidas sob a denominação de Escola Nova, do início do século (CAVALIERE, 2002).

A experiência de escola de tempo integral chegou ao Brasil com as ideias de Anísio Teixeira, um educador de notabilidade que participou ativamente dos embates políticos e educacionais no contexto do movimento de renovação da escola na primeira metade do século XX. O principal argumento de Teixeira era a contestação da qualidade da escola que se praticava no Brasil, argumentando que a formação de todos os brasileiros, para os diversos níveis de ocupações de uma democracia, passa pela relação entre qualidade e acesso aos sistemas públicos educacionais (CAVALIERE, 2004).

Anísio Teixeira idealiza, então, uma escola que enfatize a crescente melhoria na qualidade de vida dos seus partícipes com a ampliação do período escolar, uma educação proposta para atender as crianças com programa que envolve complementação de leitura, artes, músicas, dança e educação física, saúde e alimentação:

Anísio Teixeira, um dos mentores intelectuais do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, pensando na implementação de um Sistema Público de Ensino para o país, propunha uma educação em que a escola "desse às crianças um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física, saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vivia" (SÉRIE MAIS EDUCAÇÃO, 2009, p. 15).

Estudantes que permanecem mais tempo na escola são oportunizados com atividades extracurriculares, favorecendo o seu desenvolvimento físico e mental e também eliminando os fatores de risco aos quais estão expostos quando se encontram sozinhos em suas casas ou mesmo nas ruas brincando. Esse não é mais um tema novo que começa a ser discutido no presente momento, são ideias pensadas e experiências realizadas aqui no Brasil por Anísio Teixeira, idealizador da Escola de Tempo Integral, inspirando-se nas escolas comunitárias americanas, por meio de John Dewey (1859-1952) um filó-

sofo norte-americano, que influenciara educadores de várias partes do mundo, sendo um deles o próprio Anísio Teixeira (MOTA, 2006, p.3).
No entanto, na impossibilidade de ampliar o atendimento em horário integral até hoje considerado um privilégio pelo investimento que envolve, muitas redes municipais vêm oferecendo atividades extraclasses que representam algumas horas a mais na escola. Em algumas redes, permite-se que alunos do ensino fundamental frequentem os dois turnos escolares, numa forma precária e improvisada de oferta de horário integral (FARIA, 2002).
Contudo, é dentro desse contexto que a educação integral subentende a construção de possibilidades, buscando a socialização de conhecimentos através do convívio onde envolva o sujeito num todo, contribuindo com o seu desenvolvimento físico, psíquico, intelectual, social e afetivo. Desta maneira, o espaço escolar precisa reconhecer e valorizar a experimentação e a pesquisa, oferecendo oportunidades de acesso à diversidade de recursos, criar momentos de aprendizagem prazerosos e promover um ensino de qualidade.
Neste sentido, a perspectiva que a educação integral emprega é a de promover uma educação capaz de preparar os jovens para o exercício da cidadania por meio de uma formação que contemple aspectos éticos, sociais e democráticos reproduzindo para com a sociedade uma nova visão de educação.

A EDUCAÇÃO INTEGRAL E O CURRÍCULO ESCOLAR

Ao pesquisarmos o conceito de educação Integral, encontramos, em uma concepção mais tradicional, como sendo uma educação que considera o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva. Um sujeito com sentimentos, afetos e que está inserido num contexto de relações.
A aprendizagem acontece desde o nascimento e continua ao longo de toda a vida e ocorre em diferentes contextos: na família, com os pais; com os pares, na escola; em espaços formais e informais. Nesse sentido, a educação escolar precisa ser repensada, de modo a considerar as crianças e os adolescentes sujeitos inteiros, considerando todas suas vivências e aprendizagens.
Pensar em escolas de tempo integral requer mudanças e/ou adaptações tanto no espaço físico - que necessita de modificações em suas estruturas para receber alunos que ali permanecerão por um tempo maior - como também requer a necessidade de desenvolver um currículo próprio para essa modalidade de educação.

Um projeto como a Escola de Tempo Integral, que pretende redimensionar e enriquecer a estrutura organizacional da escola com novos espaços e oferecer maior tempo de permanência aos alunos, pressupõe matrizes curriculares ampliadas e disposição da equipe escolar (MOTA, 2006).

A escola de tempo integral precisa de alterações no currículo básico do Ensino Fundamental e uma equipe escolar atuante que promova, para seus alunos, novas oportunidades de aprendizagem através de oficinas curriculares.

A organização curricular da Escola de Tempo Integral dispõe que irá manter o desenvolvimento do currículo básico do Ensino Fundamental, enriquecendo-o com procedimentos metodológicos inovadores, as Oficinas Curriculares, a fim de oferecer novas oportunidades de aprendizagem e vivência através de atividades de natureza prática conforme as Diretrizes Gerais sobre a Escola de Tempo Integral (MOTA, 2006).

Ainda segundo Mota (2006), a escola tem como papel promover a formação de pessoas críticas que exerçam plenamente sua cidadania, conhecedoras de seus direitos e deveres. Por meio de oficinas curriculares, é possível complementar e qualificar o aprendizado dos estudantes nesse assunto, promovendo uma educação crítica que levem os alunos a conhecer e efetivar seus direitos na prática do dia a dia.
As oficinas são importantes pois complementam o aprendizado do estudante, buscando um enriquecimento curricular que viabilizarão, em tempos complementares,

os seguintes objetivos:

Educar e cuidar da imagem positiva do aluno; atender às diferentes necessidades de aprendizagem; promover o sentimento de pertinência e o desenvolvimento de atitudes de compromisso e responsabilidade para com a escola e com a comunidade, instrumentalizando-o com as competências e habilidades necessárias ao desempenho do protagonismo juvenil e à participação social; promover a cultura da paz pelo desenvolvimento de atitudes de autorrespeito, respeito mútuo, solidariedade, justiça e diálogo (MOTA, 2006).

São oferecidas aos estudantes atividades que desenvolvam a sensibilidade e a autoconfiança e é por meio das atividades lúdicas, culturais e artísticas que se pode ver o reflexo significativo do desempenho escolar dos docentes. Essas atividades devem ser incluídas no currículo da escola e ser diversificadas, com foco no desenvolvimento das habilidades dos alunos.

CONCEPÇÕES E CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

No percurso histórico das políticas públicas, a Educação Integral ainda é considerada bem “nova”, uma política recente na educação brasileira. No entanto, ela vem sendo testada desde 1950 no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, implantado por Anísio Teixeira, em Salvador também conhecido como Escola Parque. A concepção, porém, já é defendida por Anísio desde 1931. O autor defende um tipo de escola que ensine a viver melhor, que promova o progresso individual através dos cuidados com a higiene, com os hábitos de leitura e estudo, indagação e crítica, meditação e conhecimento (CAVALIERI, 2000), além de preparação para o mundo do trabalho.

Nos anos de 1931 a 1935, Anísio Teixeira assumiu a Diretoria de Instrução Pública do então Distrito Federal e elaborou para o Rio de Janeiro um arrojado projeto educacional. Ele instalou cinco escolas experimentais para servirem de laboratório, para ensaiar e experimentar novos métodos de ensino que pudessem sustentar as mudanças desejadas em todo o sistema educacional do Distrito Federal. Essas escolas não eram denominadas de tempo integral, eram idênticas às demais, porém tinham um grande diferencial, de acordo como relata Teixeira (apud BRANCO, 2012, p.3):

O propósito de ensaiar integralmente um novo método, nos estudos e debates que ali se realizam e na atitude experimental dos professores, que examinam, ensaiam, verificam os resultados e estão sempre prontos a suspender os julgamentos, a reexaminar o problema e a estudar e reestudar continuamente os processos de ensino e educação.

Anos mais tarde, em 1950, que Anísio Teixeira, quando assumiu o posto de Secretário Estadual de Educação de Salvador, ousou implantar, na periferia, um modelo de escola que ele denominou de Tempo Integral, "com currículo o mais completo possível" (ÉBOLI, 1969 apud BRANCO, 2012) no Centro Educacional Carneiro Ribeiro. O discurso de inauguração do complexo escolar resume a proposta:

Um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, artes industriais, desenho, música, dança, educação física. Além disso: desejamos que a escola eduque, forme hábitos, forme atitudes, cultive aspirações, prepare realmente a criança para sua civilização – essa civilização técnica e industrial e ainda mais e, além disso, desejamos que a escola dê saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vive (EBOLI, 1969apud BRANCO, 2012, p.4).

Tempos depois, nas décadas de 80 e 90 do século passado, tinha início, inspirados pela experiência de Anísio Teixeira, os CIEPs, Centros Integrados de Educação Pública, criados por Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro. Segundo Cavalieri (2000), com concepções administrativas e pedagógicas próprias, essas instituições pretendiam, de acordo com seu projeto original, promover um salto de qualidade na educação fundamental do estado.
Os edifícios dos CIEPs foram projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer, sobre os quais Ri-

beiro (1990) citado por Schellin (2015, p.32) esclarece:

Os CIEPs são edifícios de concreto pré-moldado que custam 30% mais barato do que a construção habitual com tijolos e têm a imensa vantagem de poderem ser feitos em seis meses. Por essa razão é que o Brizola pôde realizar no seu programa educacional a maior obra educativa de que se tem notícia.

Segundo Maurício (2006, apud SCHELLIN, 2015), no currículo dos CIEPs constavam aulas curriculares, orientação para o estudo dirigido, atividades esportivas e recreativas, acesso à biblioteca para leitura de livros e gibis, vídeos em sala específica e participação em eventos culturais.
O projeto interrompido ao término do segundo mandato do governo, em 1994.
Conforme Branco (2012), a partir dos anos 90 do século XX, surgem pelo Brasil experiências de Tempo Integral e outras de Educação Integral inspiradas no ideário de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. São em sua maioria experiências organizadas pelos municípios e não seguindo um projeto político mais amplo, continuado e de governo.
Em 1996, o tema ganha outra dimensão e caráter, refletidos na LDB 9394/96. Pautada pela flexibilidade quanto à organização do ensino público, a lei que rege a educação brasileira aponta como horizonte da política educacional o aumento progressivo da jornada escolar, a valorização de ações educacionais para além do currículo escolar padronizado e a necessária articulação entre escola e sociedade.
Em 2007, com o Decreto 7.083, o Governo Luiz Inácio Lula da Silva instaura o Programa Mais Educação como uma estratégia para implantação da Educação Integral nas escolas públicas brasileiras. O programa instituído pelas Portarias Normativas Interministeriais nº 17 e 19, de 24 de abril de 2007 tem como objetivo central "fomentar a educação integral por meio do apoio a atividades socioeducativas no contra turno escolar" (SÉRIE MAIS EDUCAÇÃO, 2009, p. 13).
Mas, enfim, com qual concepção de educação integral?

[...] educação integral apresentada aqui pode ser compreendida como um instrumento de diálogo e troca entre os saberes de escolas e comunidades. Uma educação integral estruturada a partir de um conceito de integralidade, que supere termos como "contraturno" e "atividades complementares", bem como saberes escolares e saberes comunitários. (BRASIL, 2009, p. 14).

Essa é a concepção apresentada no caderno Rede de Saberes Mais Educação, do Ministério da Educação (2009). Uma concepção que apresenta "uma ampliação das necessidades formativas do sujeito, contemplando as dimensões afetiva, ética, estética, social, cultural, política e cognitiva". No caderno, há um destaque para o fato de que a concepção de educação integral do programa não se limita ao aumento do tempo e espaço nos projetos de educação, porque "Compreende a educação como um desafio para escolas e comunidades e pretende dialogar com a complexidade de agentes sociais, territórios e saberes que envolvem as experiências comunitárias, buscando construir-se para além do espaço escolar." (BRASIL, 2009, p. 15).
Morin (2002) diz uma educação só pode ser viável se for uma educação integral do ser humano, uma educação que se dirige à totalidade aberta e não apenas a um de seus componentes. A citação a seguir corrobora com esse pensamento:

O desenvolvimento pleno que se espera da Educação Integral só será efetivo se a proposta pedagógica for composta por diferentes linguagens, numa perspectiva integrada, visando o aprofundamento de saberes e o aprimoramento de habilidades e competências. Para isso, é imprescindível promover a reconstrução do Projeto Político Pedagógico (PPP), de forma coletiva e compartilhada, potencializando os conhecimentos e saberes que os estudantes, as famílias e a comunidade trazem para a escola. Nesse diálogo entre os diferentes saberes, deixam-se claras as intencionalidades e expectativas de aprendizagem, acolhendo os interesses dos estudantes e da comunidade e ampliando os repertórios. (MEC, 2015, p. 4).

Essa forma de se pensar a educação é fruto de mudanças que estão ocorrendo na sociedade contemporânea.

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação foi criado como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva de Educação Integral.

O Programa foi criado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria Interministerial n° 17/2007, sendo regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10 como uma estratégia de implantação da educação integral no Brasil.

Para o MEC (2016), o Programa Mais Educação, ofertado às escolas públicas de Ensino Fundamental, consiste no desenvolvimento de atividades de educação integral que expandem o tempo diário de escola para o mínimo de sete horas e que também ampliam as oportunidades educativas dos estudantes.

Inicialmente, o Programa Mais Educação foi planejado e estruturado para atender às escolas com IDEB abaixo de 2,9, situadas em capitais ou em regiões metropolitanas com mais de 200 mil habitantes, e em grandes cidades localizadas em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social que requeriam a adoção de políticas públicas e educacionais especiais.

Através da análise de resultados e de estratégicas de ação para a qualidade da educação brasileira surge a preocupação e a necessidade de adequar-se aos níveis internacionais de qualidade.

Dessa forma, alguns critérios foram estabelecidos para se obter atendimento prioritário: regiões mais populosas, em que os índices do IDEB são muito baixos, além do fato de haver um número maior de pessoas com pouco ou nenhum acesso aos meios culturais. Pretende-se, com isso, promover uma elevação do IDEB em termos nacionais a fim de se obter um indicador de qualidade da educação.

Para entendimento da proposta do Programa Mais Educação, destacou-se a leitura da série Mais Educação, publicada em 2009, pelo Ministério da Educação, que se apresenta dividida em três cadernos com os eixos temáticos.

O primeiro caderno debate a gestão intersetorial no território nacional (BRASIL, 2009c) e detalha o modelo de gestão interministerial envolvendo os Ministérios da Educação, dos Esportes, da Cultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente. Esse modelo prevê a elaboração de uma estrutura organizacional e operacional por meio de programas ministeriais e de projetos que componham as sugestões e procedimentos dos marcos legais para sua operacionalidade.

O segundo caderno apresenta uma proposta sobre a educação integral (BRASIL, 2009a) elaborada por diversos segmentos sociais envolvidos com a escola, tais como gestores e educadores de todas as esferas públicas municipais, estaduais e federais, representantes de diversas associações educacionais, como União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação (Anfope) e universidades e organizações não governamentais. A coordenação deste trabalho ficou a cargo da SECADI.

O terceiro caderno (BRASIL, 2009d) propõe caminhos para a elaboração de propostas pedagógicas para a educação integral em sistema de redes, que viabilizem a incorporação das diversas realidades territoriais brasileiras. Em síntese, essas publicações apresentaram o Programa Mais Educação estabelecendo três eixos temáticos que têm como propósito contribuir para conceituar, operacionalizar e implantar de forma sistemática as ações relacionadas diretamente ao Programa.

Estas ações estabelecem o diálogo e a participação da sociedade para atender às diferentes regiões do País com suas respectivas culturas, recursos, etnias e costumes.

As escolas contempladas com o programa recebem equipamentos e materiais que podem ser adquiridos pela própria escola com

os recursos repassados. As principais vias de financiamento direto do Programa são o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, do decreto de sua regulamentação, devendo-se lembrar, no entanto, que o Fundeb, por manter financiamento diferenciado das escolas em horário integral, também acaba por se constituir como fonte complementar (Art. 7º, Decreto n° 7.083/10).
As escolas podem oferecer uma diversidade de oficinas a seus alunos. Essas oficinas são disponibilizadas de acordo com os vários campos de saberes definidos pelo Ministério da Educação/SECADI, estruturados e organizados em dez itens definidos como "macrocampos", conforme o documento Programa Mais Educação: passo a passo (BRASIL, 2009b). São eles: 1) acompanhamento pedagógico; 2) meio ambiente; 3) esporte e lazer; 4) direitos humanos em educação; 5) cultura e artes; 6) inclusão digital; 7) promoção da saúde; 8) educomunicação; 9) investigação no campo das ciências da natureza; 10) educação econômica. O único impasse é que algumas delas não estão preparadas estruturalmente nem pedagogicamente para atender da maneira que se espera.
Para a execução do programa, há necessidade de um coordenador e monitores. O coordenador precisa ter uma formação em pedagogia e possuir um olhar diferenciado para os estudantes a fim de fazer um planejamento adequado a realidade da comunidade escolar. Esse profissional deve ser um facilitador e um mediador entre escola e comunidade. Já os oficineiros são pessoas contratadas pela escola, sem vínculo empregatício. Não terão um salário propriamente dito, terão uma ajuda de custo na qual se baseia por turma monitorada.
O Manual Operacional de Educação Integral (2014), nas páginas 18 e 19, sugere que:

Monitores (Voluntários) O trabalho de monitoria deverá ser desempenhado preferencialmente, por estudantes universitários de formação específica nas áreas de desenvolvimento das atividades ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas, como, por exemplo, instrutor de judô, mestre de capoeira, contador de histórias, agricultor para horta escolar, etc. Além disso, poderão desempenhar a função de monitoria, de acordo com suas competências, saberes e habilidades, estudantes da EJA e estudantes do ensino médio. Recomenda-se a não utilização de professores da própria escola para atuarem como monitores, quando isso significar ressarcimento de despesas de transporte e alimentação com recursos do FNDE.

As possibilidades são muitas, as perspectivas para o aprimoramento da aprendizagem também são inúmeras. O Programa Mais Educação aparece no cenário educacional como uma ferramenta poderosa para este aprimoramento e para tornar a jornada do aluno no ambiente escolar a mais prazerosa possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste trabalho, percebe-se que a escola que oferece educação de tempo integral faz-se cada vez mais necessária para a formação do indivíduo na sociedade, pois ela oferece ao estudante não só um conteúdo com atividades curriculares, mas também conteúdos extracurriculares que favorecem a socialização, a interação, o raciocínio e o desenvolvimento motor através das atividades físicas e lúdicas.
Através da investigação bibliográfica deste trabalho, pôde-se observar que, através da implementação da Educação Integral, é possível alcançar resultados positivos em termos de aprendizagem significativa, pois são oferecidas aos estudantes oportunidades educativas que servirão de enriquecimento cultural conectado ao cotidiano escolar, a fim de promover o fortalecimento das relações entre instituição e sociedade.
No entanto, compreendemos que a Educação Integral no Brasil é uma política pública em construção e um grande desafio para gestores educacionais, professores e comunidades que, ao mesmo tempo, amplia o direito à educação básica e colabora para reinventar a escola.
Estruturar a proposta pedagógica da escola através de ações da educação integral, ampliar tempos e espaços, propiciar aos educandos competências, para que estes se vejam e assumam o papel de cidadão, rever

práticas pedagógicas, nos faz perceber que temos nas mãos um poderoso modelo de educação que necessita ser estudado e bem pensado para ser difundido e aplicado nas escolas de forma efetiva a fim de se obter resultados positivo no processo de ensino-aprendizagem.

Enfim, depois de todos os tópicos mencionados neste trabalho, a palavra que fica pulsando em nosso cérebro e que deve mover, não só a Educação Integral, mas todos os modelos de educação no Brasil é "mudança", mudança de paradigmas, mudança de posturas, mudança política, mudança no processo de ensino aprendizagem: os estudantes precisam ser protagonistas do próprio conhecimento!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Educação Integral: Texto Referência para o Debate Nacional. Brasília: MEC, Secad, 2009.

_____. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10/01/2001.

_____. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 27 de agosto de 1990.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

_____. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 de dez. 1996.

_____. Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

_____. Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. 1ª ed. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_ mais_educacao_2.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRANCO, V. Desafios para a implantação da Educação Integral: análise das experiências desenvolvidas na região sul do Brasil. Educ. rev. nº. 45. Curitiba July/Sept. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br. Acesso em: 20 ago. 2024.

CAVALIERE, A.M. Anísio Teixeira e a Educação Integral. Paideia: São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/11.pdf. Acesso em 20 ago. 2024.

CAVALIERE, A.M. Educação Integral uma nova identidade para a escola brasileira. Campinas: 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26357189. Acesso em: 20 ago. 2024.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Memória das escolas de tempo integral do rio de janeiro (cieps): documentos e protagonistas. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação –I CBHE – 2000. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/017_ana_maria_vilella.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação e Sociedade: Campinas, 2004.

DIAS, C. Pesquisa qualitativa: características gerais e referências. Maio 2000. Disponível em: http://www.reocities.com/claudiaad/qualitativa.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GHIRALDELLI JR, P. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1990.

GONÇALVES, A. S. Reflexões sobre educação

integral e escola de tempo integral. Cadernos Cenpec, n.º 2 – Educação Integral – 2º semestre, 2006.

KOHLBACHER, F. The use of Qualitative Content Analysis in Case Study Research. Qualitative Social Research. V. 7, n. 1, art. 21, 2006, p.01-23.

MEC. Educação Integral: Um caminho para a qualidade e a equidade na educação pública. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1507/educacao-integral---umcaminho- para-a-qualidade-e-a-equidade-na-educacao-publica/. Acesso em: 20 ago. 2024.

MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma e reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MOTA, S. M. C. Escola de Tempo Integral: da Concepção à Prática. Trabalho apresentado no VI Seminário da Redestrado: Regulação Educacional da REDESTRADO - Regulação Educacional e Trabalho Docente, em 06 e 07 de novembro de 2006. UERJ. Rio de Janeiro.

SCHELLIN, M. do C.S.N. A concepção de aprendizagem, o encaminhamento metodológico e a prática pedagógica na escola de tempo integral. Dissertação [Mestrado em Educação]. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

TAVARES, C. Educação integral, educação contextualizada e educação em direitos humanos: reflexões sobre seus pontos de intersecção e seus desafios e seus desafios. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Maringá, v. 31, n. 2, p. 141-150, 2009. Disponível em: http://periodicos.uem.br. Acesso em: 20 ago. 2024.

TEIXEIRA. Anísio. Educação não é privilégio. São Paulo: Cia. Editora. Nacional, 1957.

ZEBINI, Daniele. O que é educação integral? 2014. Disponível em: http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/educacao--integral624287.shtml. Acesso em: 20 ago. 2024.